

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Entrevistadores

Carmen Susana Tornquist

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental – PPGPLAN da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Brasil

carmetornquist@gmail.com

lattes.cnpq.br/2486480802935227

orcid.org/0000-0002-7560-8649

Isa de Oliveira Rocha

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - PPOGPLAN da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Brasil

isa@udesc.br

lattes.cnpq.br/1496052603726931

orcid.org/0000-0001-9840-0595

Leonardo Mosimann Estrella

Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - PPGPLAN na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Brasil

leoestrellas@hotmail.com

lattes.cnpq.br/3245153941762529

orcid.org/0000-0001-6293-7614

Renata Rogowski Pozzo

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - PPGPLAN da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Brasil

renata.pozzo@udesc.br

lattes.cnpq.br/9796037801500104

orcid.org/0000-0003-3965-4813

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0602>

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

Desde que se mudou para Florianópolis para atuar como professora visitante no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, a professora Maria Adélia Aparecida de Souza se inseriu ativamente no debate efervescente sobre a revisão do Plano Diretor da cidade. No dia 2 de setembro de 2022, Maria Adélia ministrou memorável Aula Inaugural para o Departamento de Geografia e o Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina. Intitulada “Exercitando o futuro: considerações sobre o Planejamento Territorial, refletindo sobre Florianópolis”, sua fala movimentou o pensar dos doutorandos então matriculados na disciplina de Metodologia da Pesquisa em Planejamento Territorial, ministrada pela professora Carmen Susana Tornquist, que formularam perguntas posteriormente enviadas à Maria Adélia. Assim iniciou-se o diálogo que deu origem a essa entrevista.

Maria Adélia Aparecida de Souza: breves notas biográficas

Maria Adélia Aparecida de Souza, mulher ativa e combativa, é uma geógrafa brasileira brilhante, paulista, com origem social modesta, de imigrantes portugueses e italianos, como habitualmente lembra em suas apresentações. Desde sua graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1962) tem se destacado nas lidas geográficas, dentro e fora da academia, especialmente no âmbito do planejamento territorial.

Em plena efervescência estudantil francesa da década de 1960 que culminou em “Maio de 68” (movimento para “mudar a sociedade” que se espalhou pelo mundo), obteve em 1967 na Universidade de Paris, o Diploma de Estudos Superiores em Estudos Econômicos, Políticos e Sociais sob orientação de Celso Furtado, então exilado em virtude do Golpe de 64. Em seguida, o convívio com intelectuais e geógrafos de referência é intensificado com seu doutoramento em Geografia obtido (1975) na mesma instituição, agora denominada Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne. A tese, intitulada *Ville/Region – Propositions Méthodologiques*, foi orientada por mestres franceses com destacadas atuações no Brasil, primeiramente por Pierre Monbeig, que estimulava a sua formação e, posteriormente, por Michel Rochefort (por sua vez, aluno e orientado por

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

Pierre George). Trabalhou por oito anos na Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo e também dois anos no SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) no Rio de Janeiro – órgão do Ministério do Interior que financiava Planos Diretores Municipais e regionais – acompanhando e fiscalizando sua elaboração. Maria Adélia foi a fiscal do primeiro “Plano da Região Metropolitana de Florianópolis, que era coordenado pelo nosso querido professor Peluso” (conforme sua entrevista na Geosul, 2003, p. 188).

Essa primorosa formação lhe forneceu as bases para participar como coordenadora juntamente com o arquiteto gaúcho Jorge Francisconi, que a convidou, da elaboração da primeira Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do Brasil (PNDU), demandada em 1973 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para ser incorporada como capítulo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) de Geisel (SOUZA, 1999). Igualmente coordenou as primeiras políticas de desenvolvimento urbano e regional e da descentralização e desconcentração industrial do Estado de São Paulo, além de muitas outras atividades, conforme atesta seu currículo Lattes.

Bastante engajada e articulada politicamente, foi convidada a se apresentar como primeira candidata à prefeita da Cidade de São Paulo pelo PMDB, por solicitação do então governador André Franco Montoro, como forma de colaboração na complicada indicação de Mario Covas, para Prefeito de São Paulo. Mas, no campo da política, a sua contribuição foi mais significativa como coordenadora da elaboração dos Planos de Governo para a cidade de São Paulo e para o Estado de São Paulo de candidatos como André Franco Montoro, Luiza Erundina, Paulo Skaf e Gabriel Chalita.

A docência na USP se consolida a partir da participação na organização da pós-graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) onde vai prestar concurso de ingresso naquela universidade, a convite de seu então diretor Professor Nestor Goulart Reis Filho, época em que também exerceu a função de primeira Prefeita do Campus da USP em São Paulo. Posteriormente, em 1985, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), vai ensinar a disciplina “Planejamento” no curso de graduação e “Região Teoria e Prática” na pós-graduação, até sua aposentadoria em 1996. A Livre Docência na USP foi obtida em 1989, quando apresenta sua pesquisa intitulada “A

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

Identidade da Metrópole. A verticalização em São Paulo”; a professora Maria Adélia ainda realizou quatro pós-doutoramentos: Universidade de Paris 1 e Universidade de Paris XII (1996-97); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009-11) e Universidade da Integração Latino-Americana (2016-18).

Após a aposentadoria da USP, destaca-se a sua atuação docente na Universidade de Campinas (UNICAMP) e a participação na implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu (PR), como primeira Pró-reitora de Graduação (2011-12) liderando a implantação naquela instituição dos seus 16 primeiros cursos.

Além de receber títulos de Doutora Honoris Causa por universidades brasileiras, em 2018 o CNPq a indica como uma das mulheres pioneiras da ciência brasileira. É Catedrática de Direitos Humanos da Universidade Católica de Lyon (França) e recebeu da Academia de Paris o I Prêmio Internacional da Francofonia, em Urbanismo.

Chega em 2022 em Florianópolis como professora visitante sênior do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina e tem a prorrogação de seu contrato aprovado até final de novembro de 2023.

O diálogo

Em uma tarde fria e chuvosa de setembro de 2022, a professora Maria Adélia proferiu a Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento socioambiental e Departamento de Geografia da UDESC, antecedido por uma apresentação de Violoncelo, executada por Lucas Capelatto, que apresentou algumas peças de Johann Sebastian Bach. A conferência teve mais de duas horas de duração, e foi atravessada por um conjunto provocativo de questionamentos que reverberaram com as temáticas abordadas na disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa Científica, ministrada pela professora Carmen Susana Tornquist, como a questão da interdisciplinaridade, das políticas públicas a relação entre conhecimento e mundo social e engajamento político de pesquisadores, sobre as quais a professora Maria Adélia

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

posicionou-se de forma bastante contundente. A turma “caloura” no Doutorado havia preparado questões a partir de alguns de seus textos (notadamente sobre as categorias miltonianas) e de autores estudados na disciplina de “Métodos e técnicas da pesquisa científica”, entre os quais Marx e Bourdieu. Essas questões foram transformadas, posteriormente, em perguntas e enviadas à professora, seguindo suas próprias sugestões ao longo da Aula: “Podem me procurar pra gente conversar sobre isto” e “Temos que debater este assunto, pois ele é complexo e precisamos nos posicionar”. Alguns dias após o envio das perguntas por correio eletrônico, recebemos uma densa e longa resposta por escrito e que corresponde basicamente ao que publicamos aqui, pois entendemos que são de amplo interesse. Algumas são, particularmente polêmicas e, justamente por isto, consideramos importante apresentá-las, pois compreendemos que a verdadeira interlocução científica passa pelo enfrentamento dos temas espinhosos, que circulam no campo científico e no mundo social.

Pergunta: Na sua Aula Inaugural, a senhora falou em vários momentos em ser cientista e não “política” e, como tal, ter contribuído com governos ou políticos. A partir desta provocação, pedimos que nos explicita como Milton Santos pensava sobre este tema, e em que medida a senhora recupera ou rompe com esta perspectiva.

Maria Adélia Aparecida de Souza: Essa é uma discussão que travamos Milton e eu em nossas discussões sobre professores que usam a vida acadêmica, tornando-se militantes. Professores militantes como chamávamos - e eu continuo a chamá-los assim. O fato de dizer que não sou “política”, mas sou cientista; de fato não sou política nem militante como profissão. Ambas as atividades tomam muito tempo e são incompatíveis, do meu ponto de vista: ou você se torna um bom professor com a carga de trabalho que isso implica ou um bom militante com toda disponibilidade em tempo integral, que essa atividade também exige. Um professor militante, como há muitos, e por toda parte, não consegue, especialmente na Geografia, no Urbanismo, na Arquitetura e no Planejamento Territorial, acompanhar as mudanças da própria disciplina que ensina e, mantém envelhecido seu conhecimento. As aulas tornam-se discursos políticos e não científicos. E, isso tem ocasionado um atraso enorme na produção de um conhecimento atual e

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

importante na nossa disciplina, pois o conhecimento novo não vem sendo produzido à medida das mudanças do mundo. Não é à toa que em pleno século XXI, muitos colegas ainda precisam se apoiar em autores estrangeiros para realizar seu trabalho! Falo da persistente leitura entre nós, por exemplo, de autores como Lefebvre e Harvey! E, por exemplo, negam-se a ensinar sobre o método da Geografia Nova, primoroso para toda e qualquer análise socioespacial crítica, implicando em problemas seríssimos na produção de Planos, Programas e projetos junto ao processo de planejamento territorial. O Plano Diretor de Florianópolis agora em discussão é um exemplo disso! Não sei se nele trabalharam “professores militantes”, mas falo da qualidade do seu próprio texto tornado projeto de lei. Absolutamente vazio do ponto de vista teórico-metodológico.

Não sou militante de modo algum, nem de fato e nem estou disfarçada de professora. O “professor militante” leva enormes vantagens na militância, pelo fato de pertencer a uma universidade, o que o qualifica de antemão na exibição do discurso entre militantes. O que ele não se dá conta é que brilha na militância, não na Academia, onde seu trabalho fica rapidamente envelhecido. O problema é quando o professor militante assume, em função da militância altos cargos públicos – fato muito corriqueiro entre nós – e, nele não consegue inovar, pois há um vácuo enorme entre seu discurso e o desenvolvimento das disciplinas que tem no espaço geográfico seu objeto de estudo. No Planejamento isso é letal. Veja por exemplo, nestes tempos de transição e de montagem dos futuros governos: o território usado não entrou em ação, nem a região, que é um instrumento democrático e de descentralização poderoso. Continuamos a ser excessivamente economicistas, financistas e setoriais, embora todos usem a palavra território a todo instante. Virou moda falar em território como palavra, não como conceito. O território usado está ausente das propostas de governos. Acontece que ele é categoria de análise social e existencial! É a isso que denomino distanciamento entre a militância e a academia, na universidade. E, quantos colegas nossos não estão nessa comissão de transição, com seus velhos e ultrapassados discursos! Essa sempre foi a nossa crítica, minha e de Milton. E, mais: os professores militantes usam seus alunos para seus projetos militantes especialmente nas periferias, reclamam que eles sempre estão ausentes, especialmente aqueles que participam das tais redes internacionais de pesquisa! Uma questão polêmica,

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

eu sei, mas que precisa ser discutida, sob pena de retrocesso científico e acadêmico nas universidades, apesar da ajuda dos “bingos” (rankings) universitários existentes. A única maneira que os professores e pesquisadores têm de participar efetivamente da política é formando excelentes profissionais (professores, cientistas e técnicos), dando aulas, proferindo conferências e publicando seus trabalhos (aqui, por exemplo, nas editoras a questão da militância tem prioridade para publicação!). Outro problema sério entre militantes é o compadrio, o privilegiamento dos amigos... Isso invadiu também a universidade! Até a imprensa atualmente notícia, por exemplo, concursos corrompidos para ingresso ou ascensão na carreira! Ortega y Gasset, filósofo da técnica que aprecio muito, me ensinou sobre isso, criando o conceito tão falado por aí de “crime do colarinho branco”, a propósito desses processos antiéticos ainda, tristemente, existentes nas universidades. Questões que não discutimos entre nós! Mas será preciso um dia enfrentá-las!

Pergunta: A senhora acentuou em diversos momentos de sua fala a centralidade e até superioridade da Geografia para tratar do planejamento territorial, na maior parte das vezes tendo como contraponto os urbanistas e arquitetos. Ficamos bastante intrigados com esta afirmação, e perguntamos se realmente a Geografia teria as melhores ferramentas para estes processos. Será que a categoria totalidade, desde a perspectiva marxista, e a pouca importância que os campos disciplinares propriamente ditos têm para esta, não confrontaria esta hipótese?

Maria Adélia Aparecida de Souza: Reafirmo isso: a Geografia é uma disciplina que sempre fez da análise seu trabalho específico, usando como seu método, no passado, a descrição. No entanto, no mundo de hoje com as novas propostas metodológicas existentes ela ainda realiza a análise, porém com o método crítico, indispensável para lidar com um mundo mutante. Não são os geógrafos que dizem isso, mas a epistemologia e a filosofia da ciência. Assim, todo diagnóstico que precede a instituição do processo de planejamento, que é um segmento do processo político, exige essa análise crítica do uso do território e esse é o dever do Geógrafo, realizá-lo. Os arquitetos e urbanistas dominam os instrumentos técnicos e metodológicos de “projeto”, de programação. Lidam

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

essencialmente com o futuro – o projeto – tanto de arquitetura quanto de urbanismo! Vejo assim a nova divisão do trabalho acadêmico, científico e técnico. Outrora, as coisas andavam de forma diferente, o tempo era mais lento e as paisagens perduravam... Hoje estamos submetidos àquilo que Milton Santos denomina de “aceleração contemporânea” graças à “unicidade técnica do planeta” realizada pelo avanço da técnica e da tecnologia. A divisão do trabalho prossegue... em tudo e para todos, inclusive para os acadêmicos. E, para poder produzir conhecimento à altura das mudanças do mundo e oferecermos à sociedade aquilo que precisa para que ela possa, no âmbito da Política realizar suas escolhas, precisamos trabalhar muito! Daí não dar para servir a dois processos exigentes: a produção e ensino sobre o conhecimento e a militância política! Estamos defasados em nossas tarefas na universidade e quem tem suprido na política são os colegas militantes também defasados do ponto de vista do conhecimento no âmbito da Geografia e do planejamento territorial. As implicações na desobediência da divisão acadêmica, científica e técnica do trabalho são evidenciadas na constituição das equipes encarregadas de elaborar sobre o planejamento, sobre a elaboração de planos, programas e projetos. Os geógrafos ainda estão completamente ausentes! Aqui em Florianópolis existem apenas dois, com funções de coordenação, segundo vi no site do Instituto de Planejamento da Prefeitura Municipal! Não há nenhum geógrafo na parte de análise, de diagnóstico! E, de fato ela não existe, a análise crítica do plano, pois não há cartografias temáticas exibidas no plano sobre o conhecimento do uso do território de Florianópolis. Não há cartografias analíticas! Isso é inaceitável do ponto de vista do conhecimento geográfico, indispensável para a realização de qualquer plano, programa ou projeto que diga respeito a unidades territoriais municipais, estaduais e federal, como é o caso brasileiro. Daí minha perplexidade, há mais de meio século discuto sobre esse tema.

Mas exatamente por isso – pelo conceito de Totalidade que adotamos e que buscamos em Marx e Sartre. Hoje, o espaço geográfico é por nós entendido como uma instância social, uma totalidade em movimento, uma categoria de análise social tanto quanto a política, a economia e a cultura. Afinal nada levita no ar! Nem voamos! Ao sair da barriga de nossas mães em uma dada localidade (que é histórica, pois em um município, estado e

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

no Brasil ou, qualquer pessoa nascendo em qualquer localidade ou país do mundo está forçosamente estreando na História), o ser humano passa a ter o direito inalienável de existir! E sua existência é ditada pelas regras e normas e dos conflitos entre as classes sociais do país onde nasce! Para existir usa-se o Território, requerimento histórico de cada novo ser humano ao nascer, em seu país, conforme as relações e antagonismos nele existentes. Daí a proposição do conceito de Formação socioespacial, atualizando o conceito de Marx de Formação econômica social, em um mundo onde Espaço/Tempo se sobrepõem, diante das características deste período histórico denominado de Técnico-científico informacional, caracterização sugerida por Milton Santos. Assistimos a Copa do Catar em nossas casas em tempo real. Esse é um dado importante para a Geografia que precisou adotar o tempo cotidiano em seus estudos, que era – o tempo – sempre de longo prazo quando a Geografia era considerada uma “Geociência” uma ciência da Terra. E, não é mais, desde 1890! Equivocadamente, os geógrafos insistem ou aceitam a dualidade mais que ultrapassada, seguindo a conservadora Escola Francesa de Geografia que ainda existe e tem uma imensa influência nos cursos de Geografia do Brasil! Um enorme retrocesso teórico-metodológico e epistemológico. Sendo espaço geográfico instância, ele é abstrato, não se produz (mais um equívoco da obra do professor Lefebvre, claramente expresse em seu livro “La Production de l’Espace”). Milton Santos define o espaço geográfico como sendo “um indissociável sistema de objetos e sistema de ações”. Essa é a teoria que ele nos propõe para estudar o espaço geográfico. Em assim sendo, o espaço geográfico pode ser considerado uma Totalidade em movimento e, sendo o espaço da vida humana (objeto de estudo da Geografia) ele se constitui em uma Totalidade Mundo. No mundo de hoje todas as disciplinas precisam compreender o que é o Mundo, entendido como “um conjunto de possibilidades”, pois uma Totalidade em transformação permanente.

Pergunta: Muitas vezes, em nosso trabalho, acentuamos a importância das “políticas públicas” ou de seu aperfeiçoamento como solução para os problemas que analisamos, sem aprofundar a própria análise da natureza do Estado e do Estado brasileiro. Como a senhora analisa este tipo de proposição?

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

Maria Adélia Aparecida de Souza: Eu não aceito o conceito de “política pública”, idéia que vem do Banco Mundial! A política praticada pelo Estado só pode ser pública. Desnecessário adjetivá-la. Coisa do Estado burguês que atua também em benefício do setor privado em um conluio que, cá entre nós, foi pactuado já na Proclamação da República em 1889! E, repare, esse é outro traquejo usado pelos colegas militantes e de esquerda! Meu mestre e amigo Darcy Ribeiro chamava meus colegas da esquerda da USP (alguns deles inclusive fundadores do PT) de “esquerda neoliberal”. E, concordo com ele. Difícil servir a dois senhores! Exige enorme dedicação ser professor e pesquisador: as 24 horas do dia não são suficientes.

Pergunta: Considerando as dimensões propriamente técnicas envolvidas no planejamento urbano e territorial, como a senhora analisa o papel da participação popular, seja através do Plano Diretor Participativo seja através de outras ferramentas, como o Orçamento Participativo?

Maria Adélia Aparecida de Souza: Acredito nos processos participativos plenamente, desde que o território usado seja considerado para constituir um dos fundamentos desse sistema de participação. Com isso quero dizer que ele precisa ser delimitado territorialmente, seja pelos Distritos, seja por uma regionalização específica que os Planos Diretores ou estaduais e nacionais definam como base da participação. Orientei um mestrado (Victor Begeres) na USP sobre Campinas (SP) onde estudamos o orçamento participativo e sua dinâmica naquela cidade. Curiosamente, nesse processo alguns participantes frequentavam todas as reuniões para discussão do orçamento municipal, em todos os distritos da cidade e votavam. Pior, ganhavam tudo o que pretendiam, mesmo sendo habitantes de Barão Geraldo, bairro onde se localiza a UNICAMP, onde a maioria pode assistir as reuniões a noite pois não precisam no dia seguinte acordar de madrugada para trabalhar nas fábricas, no comércio... Esse cuidado com a abordagem territorial no processo participativo é indispensável: a gestão sem política e respeito à vida do cidadão, lá onde ele vive, dá o que tem dado no nosso país: a manutenção de um histórico processo de exclusão pela natureza e escassez no uso do território pelos equipamentos e serviços de interesse coletivo, salvo as honrosas exceções de sempre!

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

Como os governos são montados setorialmente e não territorialmente, os programas não são regionalizados. Discute-se, por exemplo, metas quantitativas, setoriais perfeitamente ajustadas à gestão. Coisas do Estado burguês que um dia corrigiremos – espero! Meu ex-orientando de doutorado, Edmilson Rodrigues, do PSOL, hoje Prefeito de Belém, em seu terceiro mandato, por exemplo, corrigiu esse equívoco e o Orçamento Participativo e outras diretrizes de seu governo são feitas territorialmente. Ele ainda não teve condições políticas de organizar seu secretariado por territórios que permanecem, ainda, por setores segundo informações que detenho até a data desta entrevista. Mas, continuo torcendo para que isso aconteça um dia, quem sabe? No entanto, as consultas populares – como pude constatar- em seu mandato anterior eram feitas segundo uma regionalização já existente e, se não me falha a memória, por aquelas áreas de atuação do judiciário, as comarcas. A conferir - minha memória.

Não foi sem razão que em 1983 criei em São Paulo as Subprefeituras, quando o Governador Franco Montoro me convocou para que me apresentasse como primeira mulher candidata a prefeita de São Paulo, em uma articulação política em defesa da candidatura de Mario Covas. Apesar dos contratemplos que têm tido as subprefeituras lá estão elas sendo definidas até hoje e, em muitos municípios brasileiros. Minha modesta contribuição como Planejadora Territorial do meu país.

Pergunta: Gostaríamos de compreender a diferença (ou a evolução) teórica/conceitual na sua definição de Espaço com a de Milton Santos, ou se a senhora indicaria algum trabalho em que já tenha se debruçado sobre esta questão.

Maria Adélia Aparecida de Souza: Já nas respostas anteriores tratei disso. Inclusive definindo o que é espaço geográfico para a Geografia Nova de Milton Santos como sendo “um indissociável sistema de objetos e sistema de ações”. Mas, o que ainda não abordei é a diferença essencial que geógrafos, arquitetos, urbanistas e cientistas sociais ainda não reparam: para todos, o espaço (e falam assim, não dizem espaço geográfico, seguindo Lefebvre) é uma superfície onde as coisas são postas para “funcionar” (racionalismo funcionalista que vigora até hoje no urbanismo, apesar das referências críticas que alguns fazem, lamentavelmente). Um “plano, superfície” onde as coisas, objetos são colocados,

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

segundo uma “vontade política”, obviamente. A da minoria dirigente que ocupa secularmente o poder em nosso país. Para Milton Santos o espaço geográfico é instância social, abstrato. Esse autor assevera que espaço geográfico e território são sinônimos. Eu não os considero assim, pois o espaço geográfico se historiciza como Território Usado, torna-se visível através das paisagens produzidas por esse uso. E o uso é produto de relações sociais conflituosas no capitalismo. Logo há uma questão que complica o antigo conceito de “espaço-plano, superfície”: o direito, a permissão do acesso ao uso. É aí que reside o problema do Plano Diretor, que não considera o direito ao uso do território, como inalienável ao ser humano. Assim completo o que comecei a dizer anteriormente. Logo o método muda. E os planos diretores continuam sendo fundamentados no racional funcionalismo proposto por Le Corbusier no início do século passado, permanecendo até hoje... em pleno século XXI, resultando sempre em um Plano de USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, usando o conceito de ZONAS. Em realidade, SUBREGIÕES definidas no território municipal, moeda de ouro para a especulação imobiliária. E os geógrafos, muitos deles, também continuam a lidar com o Espaço como se fosse um “plano, superfície, área” ... Compreendem onde nasce o negacionismo da terra plana?! Muito triste! Muito retrocesso teórico, metodológico e pior, epistemológico.

Pergunta: Gostaríamos, finalmente, entender melhor em quais pontos principais as idéias de Lefebvre em sua obra “Direito à Cidade” se distanciam da sua perspectiva de “Direito ao Lugar”.

Maria Adélia Aparecida de Souza: Os dois conceitos fundadores desse Direito! Lefebvre, como filósofo considerava o Espaço como tal: como instância filosófica, tal com o tempo. Ele não era cientista social! Menos ainda Arquiteto, Urbanista ou Geógrafo, para permanecermos neste diálogo da entrevista, entre nós! E ele era um professor militante do PCF – Partido Comunista Francês, segundo se dizia na época em que estudei na França e fui sua aluna... Você sabia que ele foi muito criticado na França no final dos 1960 e 1970 por não ter, sequer, notado o potente, pioneiro e importante plano de habitação popular que o General De Gaulle criou em seu governo para atender as levas de migrantes portugueses, africanos, espanhóis que chegavam na França no pós-guerra, para participar

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

da reconstrução de um país destruído pelos nazistas! Ele foi muito criticado. Problemas dos professores militantes, que abordei no início desta entrevista. Vejamos então o que sugerem esses conceitos, desde os anos 1970. A cidade, vale dizer, as pessoas juntarem-se em uma mesma área para viver surge em seus primórdios, para proteger o corpo dos seus mortos, evitando que os animais os profanassem, os comessem! As cidades, portanto, jamais foram lugar da esperança, mas da morte, da perversidade... até hoje, a realidade escancara isso para a maioria de seus habitantes! Os migrantes que o digam! Leia, por exemplo, em História da Cidade do Lewis Mumford, se minha memória não falha. Na Idade Média, quando nos ensinam que a cidade floresce, foi para atender a atividade comercial e a burguesia nascente. Aí ela cresce, mas não nasce. Já o lugar, conceito revisitado por Milton Santos em seus livros, mas, publicado e sistematizado em um texto de 1991 ou 1992 em um congresso nacional de arquitetura e urbanismo realizado em Salvador na FAU-UFBA (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia) – é entendido como “espaço do acontecer solidário” e não pode ser confundido com o conceito de cidade nem como urbano. Entre nós há uma falta de cuidado enorme no emprego desses conceitos. Milton Santos propôs essa releitura sobre o conceito de lugar e foi aceita por todos que estávamos naquela reunião científica de alto nível organizada pela ANPUR em Salvador! Colocou os pingos nos “is” e aprimorou o método de quem faz do espaço geográfico seu objeto de estudo e intervenção. Assim você consegue fazer do método com conceitos precisos, de fato, um “sistema coerente de idéias”. A cidade é uma materialidade construída em função das demandas do urbano, requerimento do modo de produção capitalista tornado, por este, um meio de vida que tem no mercado sua funcionalidade principal! Já a localidade é o nome da cidade onde nascemos e que deveria constar nos nossos documentos de identidade onde hoje, equivocadamente, ainda consta: lugar de nascimento e não localidade de nascimento! O estudo de cada um desses eventos ou processos requer um método de pesquisa que é ditado pelo conceito que os define. Na cidade é a produção imobiliária, indiscutivelmente. No Urbano a intensidade da divisão social e territorial do trabalho e na localidade sua história, cultura, memórias etc. Tudo depende do recorte e

Entrevista “Um diálogo com Maria Adélia Aparecida de Souza”

Carmen Susana Tornquist, Isa de Oliveira Rocha, Leonardo Mosimann Estrella, Renata Rogowski Pozzo

preferências do pesquisador. O método é sempre o mesmo, a metodologia (decisões sobre o método) é que varia.

Logo o Direito à Cidade no meu entendimento diz respeito ao direito de velar os mortos, direito à espera da morte por uma população que se urbaniza aceleradamente no mundo inteiro. E a História tem dado exemplo de que é disso que se trata: do desemprego, da fome, da escassez, da violência! Já o lugar cria “espaços dos aconteceres solidários”, ou seja, de interesses convergentes de toda ordem, sejam eles políticos, econômicos, etc. pautados em pactos firmados tanto para a manutenção da vida quanto da morte. Os lugares se constituem e se dissolvem rapidamente, são fugazes: trata-se do espaço público recebendo uma manifestação de pessoas, a sala de aula, a sala de reunião de uma diretoria de empresa quando toma decisões, os plenários das câmaras municipais, estaduais e federais, do Senado da República etc. etc. Os lugares são aconteceres que ocorrem para dar origem e encaminhar tomadas de decisão através de eventos, fatos, processos, etc. – materiais ou imateriais. O lugar é berço da política, da resistência e luta para construção da História e seu avanço civilizatório! Por isso meu livro que sairá ano que vem chama-se Direito ao Lugar. Não copio, imito ou plágio Lefebvre – que foi meu professor. O corrijo, como dever de ofício e respeito pelo que também, aprendi com ele.

Referências

SOUZA, Maria Adélia A. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

Entrevista com a professora Maria Adélia Aparecida de Souza. **Geosul**, v.18, n.35, p. 173-210, jan-jun 2003.

Recebida em: 10/10/2023

Aprovada em: 23/11/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br